

CLIPPING IMPRESSO

19/07/2022

INDICE

1. JORNAL EXTRA	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	4 - 6
3.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	7 - 9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11
4.3. PRESIDÊNCIA.....	12
4.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	13
4.5. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	14 - 16

PREFEITO ASSIS RAMOS DIZ QUE SOFRE PERSEGUIÇÃO E ABUSO DE PODER DA PGJ



**O PREFEITO DE IMPERATRIZ ACUSOU A
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE ABUSO DE
PODER E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA. PÁGINA 3**

Prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, se diz vítima de abuso de poder da PGJ

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, reagiu em comunicado à imprensa ao pedido da Procuradoria-Geral de Justiça pelo seu afastamento do cargo e prisão.

Em representação encaminhada à Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que tem à frente a desembargadora Nelma Sarney, o gestor se diz vítima de abuso de autoridade e perseguição política.

“Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, afirma.

Assis Ramos alega que a PGJ ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta tenha sido antecedida de ordem do TJ para que, como prefeito, fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Segundo ele, as supostas perseguições teriam se acirrado depois de sua decisão



ASSIS RAMOS: “É UMA PERSEGUIÇÃO BASEADA NO ABUSO DE PODER”

de apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição deste ano.

Assis acusa a PGJ de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão, por exemplo.

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar

eleição para o Senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como ‘amigo’ em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho

para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a promotora que é chefe do combate à corrupção do MPMA é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é”, diz Ramos na representação.

Presidente do TJMA é homenageado com Medalha da Andes



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, foi condecorado, nesta segunda-feira (18), com a Medalha Andes (Associação Nacional de Desembargadores), em reconhecimento a pessoas e instituições que tenham prestado serviços relevantes à sociedade e ao trabalho da magistratura.

Desembargador Paulo Velten agradeceu a presença de todos e todas, a honra da distinção ao presidente da Andes, Marcerlo Buhatem. “Recebo essa homenagem com alegria, mas não deixo de retribuir o reconhecimento do trabalho que você tem desenvolvido à frente dessa associação”, comentou o presidente.

Velten também destacou que o reconhecimento tem sempre o aspecto de fazer renovar o compromisso de todos com a integridade e com a correção.

“A magistratura nacional tem esse papel de estimular aquilo que temos de melhor dentro de nós e, como instituição republicana, também coibir aquilo que nós temos de ruim na sociedade”.

Segundo o presidente, as instituições são permanentes e são feitas por pessoas, e a contribuição que as pessoas deixam para as instituições é torná-las eficientes e capazes de atender o clamor por uma sociedade melhor, mais humana, mais fraterna, menos desigual e eficaz. Produzir o resultado em tempo curto de modo que a sociedade possa perceber e sentir que, de fato, as instituições funcionam.

Desembargador do TJMA manda soltar empresário de Araguaína suspeito de receptação - P6c1

Empresário de Araguaína suspeito de receptar carga roubada é solto por desembargador do TJMA

Proibido de seu ausentar do município, acusado terá que usar tornozeleira eletrônica entre outras restrições

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), revogou a prisão temporária do empresário de Araguaína Thiago Saldanha da Costa, 36 anos, preso no dia 7 de julho durante uma operação da Polícia Civil maranhense por suspeita de envolvimento com uma quadrilha especializada no roubo de cargas em vários estados.

O habeas corpus foi impetrado pelo advogado criminalista Maurício Araújo sob o argumento de que a prisão do empresário não tinha “fundamentação idônea”. Segundo ele, não há elementos concretos demonstrando que ele, estando solto, possa atrapalhar as investigações do inquérito, destruir provas, coagir testemunhas ou prejudicar a elucidação dos fatos.

O advogado ressaltou também que o empresário possui residência e emprego fixos em Araguaína, é pai de duas filhas menores, primário e ostenta bons antecedentes.

A prisão temporária havia sido decretada por 30 dias. Ele estava recolhido na Casa de Prisão Provisória de Araguaína (CPPA).

O empresário é suspeito de ter sido o receptor de uma carga de combustível (46 mil litros de óleos diesel), roubada em 15 de novembro de 2019, no município de Porto Franco (MA). As investigações apontaram que ele é dono de um posto de combustíveis.

A operação foi realizada pela superintendência estadual de investigações criminais do Maranhão com apoio da 2ª Divisão de Repressão a Narcóticos de Araguaína.

Ao analisar o pedido de soltura, o desembargador destacou que, embora se investiguem crimes graves, trata-se de fatos ocorridos [ainda] no ano de 2019, e que a prisão do acusado foi “decretada quase três anos

após a data do crime no qual ele estaria envolvido. O que se tem de atual é apenas a argumentação de que a prisão se justifica para impedir que provas sejam destruídas e por existirem fundadas razões, sem que tenha sido apresentado embasamento fático concreto, não bastando esse argumento, por si só, para autorizar a prisão, porquanto deve ser demonstrada a necessidade da prisão para o sucesso da investigação, nos termos do art. 1º da Lei nº 7.970/89”.

MEDIDAS CAUTELARES

Apesar de revogar a prisão temporária, o desembargador impôs várias medidas cautelares contra o acusado, tais como:

- comparecimento em juízo para todos os atos processuais a que for intimado (art. 319, I, CPP);
- proibição de frequentar bares, festas, boates e estabelecimentos congêneres (art. 319, II, CPP);
- proibição de manter contato ou aproximação com as vítimas, testemunhas e corréus investigados no inquérito policial;
- proibição de ausentar-se da comarca na qual reside, sem prévia permissão da autorização processante, bem como de ausentar-se por mais de 08 (oito) dias de sua residência, sem comunicar ao juiz singular o lugar onde será encontrado (art. 319, IV, c/c art. 328, CPP); v) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.

Na decisão, o desembargador fixa prazo de 72 horas, após a soltura do empresário, para que ele se apresente na SEAP de São Luís (MA), para a colocação de tornozeleira eletrônica, a fim de fiscalizar eventual violação das medidas. *(Assessoria)*

Reprodução



Momento em que Thiago Saldanha da Costa foi preso Araguaína

Maranhão formaliza primeira Central de Vagas Prisionais do país

Na manhã desta segunda-feira (18), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura (ESMAM) assinaram Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para formalização de parceria institucional para criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil. A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

O Termo de Cooperação Técnica foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira; pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) juiz Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi; pelo coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel; pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; pelo secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade; e pelo diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

A solenidade contou com a participação do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; do secretário da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Jorge Serejo; da presidente do Conselho Penitenciário do Maranhão, Susan Lucena; do presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; do presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (ANDES),

desembargador Marcelo Buham; da juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, Michelini de Oliveira representando o presidente, desembargador Saulo Henriques Benevides; além de desembargadores, juízes e juízas do TJMA, servidores e servidoras da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), da UMF/TJMA, CNJ, entre outros órgãos.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, ressaltou o momento importante para o Poder Judiciário brasileiro com a instituição da Central de Regulação de Vagas Prisionais, que nasceu de uma crise identificada no sistema penitenciário ao ser reconhecido o estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele destacou o trabalho em conjunto das diferentes instituições e o papel do Poder Judiciário e de seus magistrados e magistradas, que também possuem responsabilidade com o aprimoramento do sistema e com a entrega da jurisdição adequada em tempo razoável. "Precisamos dedicar esforços para a construção de uma sociedade melhor para todos, e esta ação representa um exemplo para o país, de avanço e na busca pela maturidade institucional", pontuou.

O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi, apontou o vanguardismo do Maranhão na gestão do sistema prisional, já tendo percorrido um caminho a partir de estruturas, conceitos e integração entre os diversos atores do sistema de Justiça que atuam junto ao sistema penitenciário, contribuindo para que as pessoas que passam pelo sistema prisional tenham melhores condições de retornarem ao convívio social sem apelo à criminalidade e prática de outros crimes. "A Central de Vagas é um passo decisivo e grande para enfrentarmos as mazelas do sistema prisional e garantir a segurança pública reivindicada pela sociedade, que começa com um sistema penitenciário sadio, seguro e que provoque a percepção de que a pena está

sendo cumprida e oportunizando que os cidadãos e cidadãs tenham melhores condições de convivência social", frisou.

O desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da UMF/TJMA, explicou que a Central de Regulação de Vagas tem o principal objetivo de enfrentar a problemática da superlotação do sistema carcerário e buscar a superação do estado de coisas inconstitucional, pelo qual o Brasil foi denunciado na Corte internacional de Direitos Humanos.

Ele ressaltou que o trabalho é feito em conjunto e em diálogo com os demais órgãos do sistema de Justiça, com os juízes e juízas criminais e do Grupo de Trabalho criado para discutir a Central de Vagas, frisando o importante trabalho do secretário Murilo Andrade na condução da administração penitenciária do Maranhão nos últimos anos, que resultou em avanços e melhorias; bem como dos magistrados e magistradas que atuaram na Mesa Diretora do TJMA nos últimos biênios. "O Maranhão foi escolhido para implantar a primeira Central de Vagas por ser o estado que mais tem avançado no sistema carcerário, se tornando modelo para outros estados da Federação, e estamos abertos a todos os projetos que visem melhorar a realidade do sistema prisional", destacou.

"A Central é mais um experimento que o Maranhão adota para melhoria do sistema prisional, buscando evoluir para que funcione desde a porta de entrada, com processos sendo resolvidos no tempo devido e até porta de saída, com os escritórios sociais e para redução da reincidência", avaliou o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho.

"O Maranhão dá um passo gigantesco na melhoria do sistema prisional brasileiro e maranhense, e a Escola da Magistratura contribuirá com ações direcionadas para essa área que é de grande importância para a sociedade", declarou o desembargador José Jorge Fi-

gueiredo, diretor da ESMAM.

“É importante essa parceria do Executivo com o Judiciário/CNJ e o trabalho em conjunto, de forma que a Central de Vagas vem para nos ajudar a trabalhar os gargalos no dia a dia e alcançar mais eficiência e racionalidade nas vagas do sistema, com a convicção de que será bem elaborada para que sirva de exemplo para os demais estados”, declarou o secretário Murilo Andrade.

Os representantes da Defensoria Pública do Maranhão, defensor público geral Gabriel Furtado; da Procuradoria-Geral da Justiça, Eduardo Nicolau; da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Holidice Cantanhede; da Associação Nacional dos Desembargadores (ANDES), desembargador Marcelo Buhaten; da OAB-Seccional/MA, Kaio Saraiva; do Conselho Penitenciário, Susan Lucena; da SMDH, Jorge Serejo, manifestaram o apoio e parceria das instituições representadas a respeito da iniciativa de implantação da Central de Vagas, buscando melhorar a ressocialização das pessoas privadas de liberdade e em respeito aos direitos humanos fundamentais. “Reforçamos a importância de iniciativas como essa do Poder Judiciário, na busca por um sistema que promova vida digna, direitos humanos fundamentais da pessoa privada de liberdade e combatendo superlotação e o seletivismo penal”, observou o secretário da SMDH, Jorge Serejo.

CENTRAL DE VAGAS

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes

públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça, por meio de metodologia própria desenvolvida desde 2019.

A Central de Regulação de Vagas é uma ferramenta que opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízos com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízos competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena. A atuação da Central de Regulação de Vagas Penais abrange tanto as pessoas em cumprimento de pena quanto aquelas submetidas à prisão provisória. Com a mediação do juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do sistema carcerário da UMF/TJMA, ao final da solenidade foi proferida a palestra “O Estado de Coisas Inconstitucional Decorrente da Superlotação Carcerária No Brasil” pelo coordenador do DMF/CNJ, juiz Luis Geraldo Sant’ana Lanfred, na qual explicou os objetivos e o papel da Central de Regulação de Vagas para a sociedade. *(Juliana Mendes - Agência TJMA de Notícias)*



Fotos: Divulgação: Ribamar Pinheiro

A solenidade ocorreu na Sala das Sessões Plenárias do TJMA

Carta por apoio do CNJ à Justiça Eleitoral vira abaixo-assinado e tem 6 mil adesões

Uma carta aberta divulgada por advogados transformou-se em um abaixo-assinado e já atingiu 6 mil adesões na plataforma Change.org. Trata-se de um manifesto direcionado ao Conselho Nacional de Justiça pedindo que o órgão atue para garantir a segurança da Justiça Eleitoral.

Originalmente produzido por advogados alinhados com o PT, o texto rapidamente ganhou grande adesão de outros advogados, políticos, acadêmicos, escritores, jornalistas e artistas.

No texto, os subscritores afirmam que o Brasil vive um “ambiente insuportável de tensão e medo permanentes em torno do início da campanha eleitoral”, citando o assassinato do militante petista Marcelo Arruda no Paraná e hostilidades relatadas por Marcelo Freixo, candidato ao governo do Rio de Janeiro, em eventos de campanha.

LEIA O TEXTO NA ÍNTEGRA:

“O Estado brasileiro vive um ambiente insuportável de tensão e medo permanentes em torno do início da campanha eleitoral. Para além da discussão programática e das opções partidárias de cada cidadão, parece imprescindível exigirmos que nos próximos meses o povo brasileiro tenha ao menos o direito fundamental de renovar a sua esperança.

Há em curso uma gravíssima escalada da violência a atingir simpatizantes de candidaturas e militantes, como no assassinato por intolerância política de Marcelo Arruda, bombas caseiras e agressões físicas em comícios e passeatas da candidatura de Lula e Marcelo Freixo.

Cultivada e incentivada no campo extremista, presenciamos uma sórdida campanha de ataques à Justiça Eleitoral, um dos raros casos de orgulho institucional da nação, modelo de eficiência a qualquer país rico e desenvolvido.

Patrocina-se uma inédita e organizada ofensiva contra Juízes e Ministros, com o estímulo a abjetas difamações por falanges digitais, incitação à violência e ameaças ao livre exercício da Magistratura, predicado irrenunciável de um Estado de Direito e de uma Democracia em permanente construção.

É tarde, mas ainda há tempo.

Ao Conselho Nacional de Justiça compete implementar ações inequívocas de inteligência para o fim de garantir uma política nacional de segurança do Poder Judiciário que assegure autonomia, independência e imparcialidade de nossos julgadores, mediante a antecipação e a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra o Poder Judiciário, desde a Praça dos Três Poderes à zona eleitoral mais remota.

Dos Ministros aos eleitores, todos os brasileiros têm direito às liberdades de dizer, de não ter medo e de ter segurança.

À Polícia Federal, órgão de estado e não de governo, cumpre executar com rigor tais determinações para oferecer de modo insuspeitável todo auxílio necessário para prontamente identificar e agir diante de qualquer tentativa de usurpação do livre exercício da prestação jurisdicional, essenciais à preservação da lisura e igualdade do processo eleitoral.

Deve-se ainda cobrar idêntica postura do Conselho Nacional do Ministério Público, concedendo-se aos seus membros irrestrita segurança no exercício de suas prerrogativas constitucionais, para que possam, com liberdade, zelar pela correta aplicação da lei.

Derrotar o medo, interrompendo o uso da intimidação como estratégia eleitoral, será a nossa primeira e mais importante vitória nessas eleições.

Exigimos eleições livres. Livres do medo e da violência”.

Abraço do Dia

O nosso abraço desta terça-feira vai para o desembargador Lourival Serejo, presidente da Academia Maranhense de Letras, que iniciou a semana celebrando nova idade e recebe os cumprimentos por mais um ano de vida. Ao aniversariante, votos de muito sucesso e felicidades. Parabéns!

Informe JP

Medalha da Andes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, foi condecorado, nesta segunda-feira (18), com a Medalha Andes (Associação Nacional de Desembargadores), em reconhecimento a pessoas e instituições que tenham prestado serviços relevantes à sociedade e ao trabalho da magistratura.

O desembargador Paulo Velten agradeceu a presença de todos e todas, a honra da distinção ao presidente da Andes, Marcerlo Buhatem. “Recebo essa homenagem com alegria, mas não deixo de retribuir o reconhecimento do trabalho que você tem desenvolvido à frente dessa associação”, comentou o presidente.

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 38/2022 – SRP Processo nº 23233/2022	
Objeto: Aquisição de Equipamentos – Monitores e Adaptadores Displayport; Abertura: 04/08/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 15 de julho de 2022. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.	

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 37/2022 – SRP Processo nº 2872/2022	
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS CONTINUADOS de manutenção preventiva e corretiva em uma plataforma inclinada para escada, instalada no Prédio Sede do TJMA; Nova data de Abertura: 04/08/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br/ ; Justificativa: Publicação do Aviso de Licitação no DOE/MA não disponibilizada em tempo hábil; Ficam inalteradas as demais condições do certame. Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 15 de julho de 2022. Ricardo Luis da Silva – Pregoeiro TJMA.	

Maranhão cria a 1ª Central de Vagas Prisionais do país para reduzir superlotação nas cadeias

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura (Esmam) assinaram, na manhã dessa segunda-feira (18), o Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para formalização de parceria institucional para criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil.

PÁG.5



Coordenada pelo desembargador Paulo Velten, a solenidade aconteceu na Sala das Sessões Plenárias do TJMA

Maranhão formaliza primeira Central de Vagas Prisionais do país

A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que seja possível reduzir a superlotação de forma definitiva, além de equilibrar gastos públicos com o sistema prisional

Na manhã dessa segunda-feira (18), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura (Esmam) assinaram Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para formalização de parceria institucional para criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil. A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

O Termo de Cooperação Técnica foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira; pelo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), juiz Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi;



RIBAMAR PINHEIRO

Presidida pelo desembargador Paulo Velten, a solenidade ocorreu na Sala das Sessões Plenárias do TJMA

pelo coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel; pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; pelo secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade; e pelo diretor da Esmam, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

A solenidade contou com a participação do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do defensor público-geral do Estado, Gabriel Furtado; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holidice Barros; do secretário da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Jorge Serejo; da presidente do Conselho Penitenciário do Maranhão, Susan Lucena; do presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; do presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), desembargador Marcelo Buhatem; da juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, Michelini de Oliveira representando o presidente, desembargador Saulo Henriques Benevides; além de desembargadores, juízes e juízas do TJMA, servidores e servidoras da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), da UMF/TJMA, CNJ, entre outros órgãos.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, ressaltou o momento importante para o Poder Judiciário brasileiro com a instituição da Central de Regulação de Vagas Prisionais, que nasceu de uma crise identificada no sistema penitenciário ao ser reconhecido o estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele destacou o trabalho em conjunto das diferentes instituições e o papel do Poder Judiciário e de seus magistrados e magistradas, que também possuem responsabilidade com o aprimoramento do sistema e com a entrega da jurisdição adequada em tempo razoável. “Precisamos dedicar esforços para a construção

de uma sociedade melhor para todos, e esta ação representa um exemplo para o país, de avanço e na busca pela maturidade institucional”, pontuou.

MARANHÃO NA VANGUARDA

O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luís Geraldo Sant’ana Lanfred, apontou o vanguardismo do Maranhão na gestão do sistema prisional, já tendo percorrido um caminho a partir de estruturas, conceitos e integração entre os diversos atores do sistema de Justiça que atuam junto ao sistema penitenciário, contribuindo para que as pessoas que passam pelo sistema prisional tenham melhores condições de retornarem ao convívio social sem apelo à criminalidade e prática de outros crimes. “A Central de Vagas é um passo decisivo e grande para enfrentarmos as mazelas do sistema prisional e garantir a segurança pública reivindicada pela sociedade, que começa com um sistema penitenciário sadio, seguro e que provoque a percepção de que a pena está sendo cumprida e oportunizando que os cidadãos e cidadãs melhores condições de convivência social”, frisou.

O desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da UMF/TJMA, explicou que a Central de Regulação de Vagas tem o principal objetivo de enfrentar a problemática da superlotação do sistema carcerário e buscar a superação do estado de coisas inconstitucional, pelo qual o Brasil foi denunciado na Corte internacional de Direitos Humanos. Ele ressaltou que o trabalho é feito em conjunto e em diálogo com os demais órgãos do sistema de Justiça, com os juízes e juízas criminais e do Grupo de Trabalho criado para discutir a Central de Vagas, frisando o importante trabalho do secretário Murilo Andrade na condução da administração penitenciária do Maranhão nos últimos anos, que resultou em avanços e melhorias; bem como dos magistrados e magistradas que atuaram na Mesa Diretora do TJMA nos últimos

biênios. “O Maranhão foi escolhido para implantar a primeira Central de Vagas por ser o estado que mais tem avançado no sistema carcerário, se tomando modelo para outros estados da Federação, e estamos abertos a todos os projetos que visem melhorar a realidade do sistema prisional”, destacou.

“A Central é mais um experimento que o Maranhão adota para melhoria do sistema prisional, buscando evoluir para que funcione desde a porta de entrada, com processos sendo resolvidos no tempo devido e até porta de saída, com os escritórios sociais e para redução da reincidência”, avaliou o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho.

“O Maranhão dá um passo gigantesco na melhoria do sistema prisional brasileiro e maranhense, e a Escola da Magistratura contribuirá com ações direcionadas para essa área que é de grande importância para a sociedade”, declarou o desembargador José Jorge Figueiredo, diretor da Esmam.

“É importante essa parceria do Executivo com o Judiciário/CNJ e o trabalho em conjunto, de forma que a Central de Vagas vem para nos ajudar a trabalhar os gargalos no dia a dia e alcançar mais eficiência e racionalidade nas vagas do sistema, com a convicção de que será bem elaborada para que sirva de exemplo para os demais estados”, declarou o secretário Murilo Andrade.

Os representantes da Defensoria Pública do Maranhão, defensor público geral Gabriel Furtado; da Procuradoria-Geral da Justiça, Eduardo Nicolau; da Associação dos Magistrados (Amm), juiz Holidice Cantanhede; da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), desembargador Marcelo Buhatem; da OAB-Seccional/MA, Kaio Saraiva; do Conselho Penitenciário, Susan Lucena; da SMDH, Jorge Serejo, manifestaram o apoio e parceria das instituições representadas a respeito da iniciativa de implantação da Central de Vagas, buscando melhorar a ressocialização das pessoas privadas

de liberdade e em respeito aos direitos humanos fundamentais. “Reforçamos a importância de iniciativas como essa do Poder Judiciário, na busca por um sistema que promova vida digna, direitos humanos fundamentais da pessoa privada de liberdade e combatendo superlotação e o seletivismo penal”, observou o secretário da SMDH, Jorge Serejo.

CENTRAL DE VAGAS

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça, por meio de metodologia própria desenvolvida desde 2019.

A Central de Regulação de Vagas é uma ferramenta que opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízos com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízos competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena. A atuação da Central de Regulação de Vagas Penais abrange tanto as pessoas em cumprimento de pena quanto aquelas submetidas à prisão provisória.

Com a mediação do juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do sistema carcerário da UMF/TJMA, ao final da solenidade foi proferida a palestra “O Estado de Coisas Inconstitucional Decorrente da Superlotação Carcerária No Brasil” pelo coordenador do DMF/CNJ, juiz Luís Geraldo Sant’ana Lanfred, na qual explicou os objetivos e o papel da Central de Regulação de Vagas para a sociedade.